

Eliana Rosa Sturza
Ivani Cristina Silva Fernandes

*A fronteira como novo lugar de representação do
espanhol no Brasil*

Universidade Federal de Santa Maria
listurza@terra.com.br
icrisifer@yahoo.es

Resumen El objetivo de este trabajo es el de proponer un nuevo abordaje para la historia del español en Brasil desde su articulación con la lengua portuguesa. Tal articulación se da en un determinado contexto sociohistórico, es decir, en las comunidades fronterizas entre Brasil y los países rioplatenses. A partir del análisis de textos publicados en un periódico de 1900 en la ciudad brasileña de Uruguayana, pretendemos identificar tanto tendencias enunciativas del español en fragmentos escritos en portugués como tendencias enunciativas del portugués en el español. Este entrecruzamiento de tendencias resulta del ingreso y del modo de circulación de la lengua española en el espacio de enunciación del portugués. De esta manera, se instaura a partir de este fenómeno un Espacio de Enunciación de Frontera.

Palabras clave: lenguas en contacto - enunciación - política de lenguas

Abstract This article aims to propose a new approach to the history of Spanish in Brazil since its interconnection with Portuguese, in a specific socio-historical context – within the borderland between the South of Brazil and countries from the South America. To investigate the borderland language, we have chosen as corpus texts published in 1900 in a Brazilian Newspaper from Uruguayana. Our analysis identifies in those texts enunciatives tendencies from one language in relation to the other. In this sense, the way Spanish circulates in the Portuguese space of enunciation has been decisive to those languages to intercross in order to establish the borderline space of enunciation.

Key words: Language contact - enunciation - politics of languages

Introdução

Nos últimos 20 anos, a presença da língua espanhola no Brasil ganhou vigor em consequência de várias ações políticas em diferentes setores da sociedade, resultando em um interesse cada vez maior pelo ensino e pesquisa sobre a situação do Espanhol no Brasil. O debate, de um modo geral, trata de questões sobre a demanda, a qualificação e/ou formação de professores, a produção de material didático, o consumo da língua (literatura e cultura), entre outras.

Este quadro promissor teve seu marco com a lei de obrigatoriedade do ensino do Espanhol na Educação Básica. A língua é vista, assim, como um elemento propulsor de novas oportunidades de trabalho, de formação e mobilidade profissional, com vistas à integração no mundo globalizado pelos Mercados Comuns (caso do Mercosul) e também pelo interesse em investimentos econômicos no Brasil, por exemplo, por parte de grandes empresas espanholas.

Toda esta conjuntura tem dado um impulso ao mercado da língua no país. O ressurgimento do espanhol entre as línguas estrangeiras no currículo escolar brasileiro apresenta novas questões tanto para política educacional como para as políticas lingüísticas. No âmbito acadêmico, duas tendências de investigação têm se destacado, sobretudo, nos estudos lingüístico-pedagógicos: as dificuldades de aprendizagem da língua por aprendizes brasileiros e o resgate sobre a história do seu ensino no país. Tais tendências não são novas nos estudos sobre aquisição e/ou aprendizagem de línguas estrangeira e materna na Lingüística brasileira.

O que pretendemos abordar neste trabalho situa-se, embora de modo distinto, na segunda tendência. Propomos organizar uma história sobre a língua que não se restrinja apenas à história do seu ensino formal, sua inclusão nos currículos escolares, tema muito recorrente quando se trata de abordar a presença do Espanhol no Brasil (Sedycias, 2005; Picanço, 2003). Sem desconsiderar a sua importância, desejamos ampliar o espaço de debate a respeito

da história do Espanhol no Brasil, enfocando outros modos de entrada dessa língua no espaço de enunciação da língua portuguesa.

Neste sentido, produzimos uma história da língua espanhola que se constitui a partir do que interpretamos em fontes documentais, muitas vezes ignoradas como textualidades que possam significar a sua presença no país. Essas textualidades documentam a circulação da língua assim como o modo pelo qual ela se insere no espaço de circulação da língua portuguesa em determinados contextos sócio-culturais. Nestas fontes, como poderemos analisar, tanto o espanhol quanto o português se representam como línguas maternas. Porém, ao entrarem em contato, passam a estabelecer outro tipo de relação que poderá ser como línguas estrangeiras ou como segundas línguas, dividindo um mesmo espaço de circulação. Portanto, em alguns momentos, ditas línguas formam um *continuum* de uma mesma tendência enunciativa própria desta realidade de fronteira.

O *corpus* que analisamos está constituído de textos publicados em jornais da cidade de Uruguaiana, fronteira Brasil-Argentina, no início do século XX. Logo, a partir das marcas enunciativas que essas diferentes textualidades apresentam, pode-se configurar os diferentes modos como o espanhol circulou nos espaços de enunciação do português, já neste período histórico. Isso nos permite, então, um novo olhar sobre a história da presença do espanhol no Brasil. São as suas condições de entrada na língua portuguesa que vão constituir uma nova história da própria língua espanhola na América Latina.

Deste modo, não se pretende fazer um resgate de fontes, mas produzir, de fato, uma história sobre a língua significada na sua materialidade, ou seja, na análise enunciativa a ser realizada nos anúncios publicitários, notas e notícias em que buscamos evidenciar os modos de representação do espanhol como uma língua outra, não distante. Na verdade, o espanhol é constitutivo das línguas na fronteira; às vezes *castelhano*, às vezes *correntino*, pois, nas condições sócio-históricas específicas das comunidades fronteiriças brasileiras, tal idioma funciona como a língua *próxima*.

A língua portuguesa, afetada pela entrada do espanhol, também já não é a mesma língua. Seu espaço enunciativo se encontra dividido, se entrecruza com essa outra língua, que vai funcionar na enunciação dos fronteiriços, significando este lugar de interface, de contatos. Propomos, então, um novo olhar em direção ao espanhol, abordando sua presença no Brasil e seus modos de circulação, no sentido de que a sua relação com a língua portuguesa não é mais de interferência ou transparência absoluta, mas sim de continuidade enunciativa. Tal continuidade, na nossa perspectiva de análise, reproduz, na língua, aspectos da contigüidade do espaço sócio-cultural. Movimentos de sentidos que significam a fronteira como um lugar à parte, de modo a apresentar-se como uma tendência enunciativa quando se passa de uma língua a outra.

1. Entre línguas: a circulação do espanhol na fronteira brasileira

A circulação das línguas nas fronteiras luso-plantinas está diretamente associada à organização e municipalização das comunidades fronteiriças. A circulação de pessoas em zonas fronteiriças mais povoadas e integradas se caracteriza por um ir e vir constante. Em muitos casos, tal mobilidade define a fronteira geopolítica como mais social que territorial, pois a mobilidade social estrutura o *habitat fronterizo*. Para Camblong (2006), “Un mundo dinámico en el que se manejan varias monedas, distintas lenguas, más de una documentación personal, se compra y se vende, se llora y se ríe, se ama y se odia en movimientos continuos de un lado al otro”.

Um dos fatores de sustentação da vida fronteiriça é o econômico. As negociações comerciais nas regiões fronteiriças contribuíram para o fluxo de pessoas, no chamado *cruce*, o que levou a intensificar um importante comércio supra-regional, a partir da metade do século XIX, nos municípios da fronteira Brasil-Argentina, banhados pelo Rio Uruguai (Colvero, 2004). As atividades econômicas nesse período eram intensas e integravam esta zona às capitais platinas em virtude de uma economia baseada na importação e exportação de mercadorias nos portos fluviais. Tal organização sócio-econômica se desenvolveu à margem de algumas práticas econômicas nacionais, na medida que se estabeleciam acordos comerciais que atendiam à demanda local. Deste modo, os textos publicados no jornal *A Notícia*¹ (anúncios de casas de comércio, armazéns de importação e exportação, da companhia fluvial de navegação e da ferroviária) apresentam o quadro econômico, sociológico e cultural desse *habitat fronterizo*.

A fronteira tal como concebemos apaga-se como lugar periférico do Estado nação, apresenta-se como um espaço de confluências, sejam elas por integração, sejam elas por oposição, de todo tipo, política, ideológica, econômico-social. Muitas das negociações locais colocaram e colocam em interação espaços nacionais diferentes, *desde fuera hacia adentro* (Grimson, 2005). Em outras palavras, pela condição mesma de ser um espaço periférico está a fronteira à frente das rivalidades locais, regionais e nacionais. Mesmo quando essas negociações dizem respeito ao nacional, elas afetam a vida fronteiriça, sobretudo quando contrárias a certas demandas dos agentes econômicos locais (legais ou ilegais). Sentir a fronteira nas suas dicotomias desmistifica a concepção de fronteira simbólica. Ali a vida pulsa, tem suas idiosincrasias. Para Grimson (2005: 23):

1. Os primeiros jornais da cidade Uruguaiana começaram a circular por volta de 1880. Os exemplares de periódicos anteriores a essa data não estão disponibilizados para pesquisa. As edições de 1900 até 1905 apresentam pouca regularidade de tiragem. Após essa data, há outros periódicos como *A Nação* e *A Fronteira*, além do *A Notícia* e *Correio de Notícias*, disponíveis no Arquivo Histórico Municipal de Uruguaiana (RS).

En el Cono Sur una parte importante de las investigaciones aún hace hincapié en que las fronteras “sólo tienen una existencia real en los mapas” (Abinzano, 1993: 76) y en una supuesta “hermandad de los pueblos que tiende a esencializar y deshistorizar las relaciones sociales. Desde esa perspectiva, las poblaciones fronterizas son concebidas solo como víctimas de las políticas de nacionalización del estado y no como agentes activos de la construcción de sus propias afiliaciones identitarias.

A fronteira tem uma sociologia própria que se constitui pela contigüidade e cotidianidade das relações, mesmo quando mais restritas ao econômico. No caso das comunidades gêmeas Uruguiana - Paso de los Libres, essa sociologia é determinante para o modo como as línguas de fora, uma vez em contato, entrem no espaço de circulação da língua nacional, a língua de dentro. Neste sentido uma ou outra, ainda que nem sempre com a mesma intensidade, funciona como uma língua *próxima*.

Língua próxima ou aproximada se define aqui segundo o recorte que propomos. Uma língua que funciona em um estado de interface com a outra, pertencente a um conjunto de representações histórico-sociais e inter-culturais que as identificam como tal. Ao estarem condicionadas à presença uma da outra, essas línguas se organizam politicamente para significarem a fronteira nos seus mais variados aspectos.

Há, portanto, um espaço de circulação no qual línguas em relação dividem um espaço de enunciação (Guimarães, 2002). Na fronteira, elas se enunciam de modo distinto, produzem sentidos para tal relação nas discursividades nas quais passam a representar a condição mesma do contato, que só pode se dar entre línguas que se aproximam enunciativamente, relação que entendemos como hierárquica e política. Logo, no espaço de enunciação da língua portuguesa do Brasil ou da língua espanhola da Argentina e do Uruguai, tem-se um espaço de enunciação constituído pelo *entre línguas*, ao qual denominamos como Espaço de Enunciação Fronteiriço² (Sturza, 2006).

A representação dos espaços de enunciação das línguas nos jornais do início do Século XX nos permite historicizar como se configura a circulação dessas línguas de fronteira, vistas por este conjunto de línguas e/ou práticas lingüísticas em uso. Produz-se aí um espaço enunciativo-discursivo constituído por línguas em relação, não repetível, por exemplo, em outros espaços de enunciação da língua portuguesa do Brasil ou do Espanhol da Argentina, ou do Espanhol – língua materna dos imigrantes espanhóis. Produzir uma história das línguas de fronteira é compreender o espanhol e o português, no plano de suas enunciações, quando funcionam e se significam como línguas aproximadas.

2. Incluindo-se neste Espaço de Enunciação Fronteiriço outras práticas lingüísticas como os DPUs (Dialectos Portugueses del Uruguay) e o Portunhol.

Durante o século XIX, as longínquas terras das fronteiras do sul eram pouco povoadas. A circulação de pessoas se restringia aos soldados, aos pequenos comerciantes e aos aventureiros. Era um porto de passagem. As línguas portuguesa e espanhola eram as línguas da intercomunicação, independente do estatuto de oficialização de que cada uma delas gozava nas suas respectivas nações. Os cidadãos fronteiriços circulavam indiferentes às delimitações das fronteiras geopolíticas, em especial, porque as relações se pautavam mais pelas necessidades imediatas e cotidianas da vida local.

Logo que a pequena comunidade de Santana Velha foi elevada à categoria de Vila de Uruguaiana (1846), muitos estrangeiros vindos pela Argentina e Uruguai, aí se instalaram, contribuindo para o processo de povoação e urbanização do novo vilarejo. O número de imigrantes espanhóis, franceses, alemães e italianos somava a metade da população local.³

Uruguaiana é uma vila de pelo menos 2.000 habitantes, onde se manifesta, em todos os recantos, a mais viva atividade comercial. Só franceses existem mais de cem no lugar, entre eles, gente de muito boa educação e de irrepreensível conduta. Em Uruguaiana quase não se reconhece uma cidade brasileira, mas uma hispano-francesa que parece apoiar-se, em suas relações de vida e de comércio, mais em Buenos Aires e Montevideu do que em Porto Alegre e Rio Grande (Avé-Lallemant, 1953).

Tal fato chamou atenção da Câmara de Vereadores, responsável pela administração da Vila até 1865. Preocupados com o domínio de estrangeiros que residiam ou transitavam na vila, seus membros elaboraram um código de postura para regulamentar a situação dos imigrantes que ali viviam e comercializavam. (Colvero, 2004). As decisões político-administrativas do município foram fundamentais para a dinâmica da vida fronteiriça no final do Século XIX. Nesse documento, os estrangeiros residentes no município eram legalmente reconhecidos como cidadãos, convocados para a batalha ou chamados para cumprir certas funções como as de professor, juiz de paz, entre outras. O modo de incorporação dos imigrantes é um aspecto da história da fronteira que, tomada pela perspectiva de uma história de circulação de textos escritos nas línguas dos imigrantes, publicados nos jornais do início do século XX, possibilita repensar a formação da sociedade fronteiriça pouco referida pela história oficial.

Os imigrantes ocuparam papel de destaque na urbanização e organização sócio-política do município. Eles contribuíram para construção do que descrevemos como uma sociologia da fronteira. Eram professores, magistrados, proprietários de casas de comércio e de pequenas fábricas, de agências de importação e

3. Já em 1821, no seu diário de Viagem ao Rio Grande do Sul, Saint Hillare descreve a existência de uma guarda militar que levou ao surgimento do povoado de Santana Velha, relatando sobre a presença de soldados portugueses, fugitivos hispanos e índios guaranis na região.

exportação. Fundaram suas Sociedades, (como a Espanhola, em 1876) e tinham representações consulares (italianos e franceses).

Deste modo, a formação dessa sociedade fronteiriça deu-se, ao mesmo tempo, por relações de convivência e conflito. A chegada desses imigrantes colocava em circulação outras línguas. Nos primeiros jornais que surgiram no município de Uruguaiana, há textos publicados por italianos, espanhóis, franceses, alguns por argentinos e uruguaios, todos escritos em suas línguas maternas. Havia um conjunto de línguas circulando em concomitância. Línguas de imigrantes, portanto estrangeiras, em contato com a língua oficial e, então, nacional, o português. Para estes fronteiriços, habitar a fronteira era, neste período de virada de século, viver e *estar entre* territórios, línguas, culturas, etnias, modos de vida.

1.1. As línguas e os modos como entram em contato

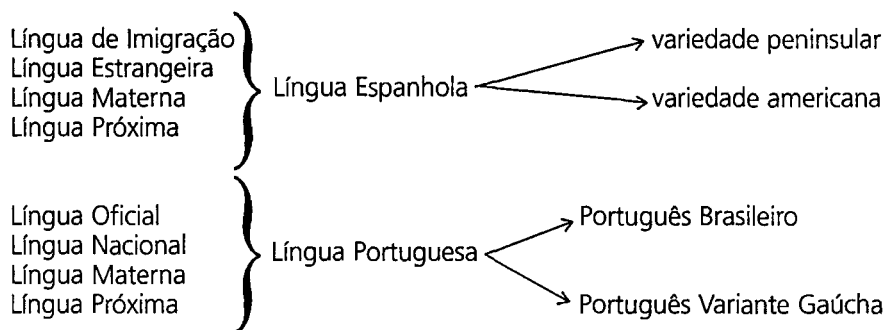
Posteriormente, tais línguas estrangeiras se tornam línguas maternas neste contexto de fronteira, uma vez que os enunciadores deste novo espaço de enunciação usam a sua língua e a língua do outro de acordo com o interlocutor, seja ele brasileiro, seja ele outro estrangeiro. A prática tanto do português como do espanhol vai se alterando na sua materialidade lingüística, o que indicaria tendências enunciativas entrecruzadas.

A presença de imigrantes espanhóis na comunidade de Uruguaiana, além de ser essa uma fronteira que delimita com países da bacia do Rio da Prata, seria apenas um dos fatores que contribuiria para ilustrar o quanto o espanhol circulou na zona de fronteira brasileira, neste período. Se nos reportamos à história das Missões jesuíticas no Rio Grande do Sul, caso da fronteira São Borja – San Tomé, por um longo período tem-se o espanhol como a língua da fé, do rei e da lei. E quando tal território passou para mãos luso-brasileiras, as pessoas que aí ficaram provavelmente não perderam definitivamente sua língua. Com o passar do tempo, ela se transformou em uma memória, ajudando a fixar expressões da cultura agropastoril, por exemplo (Poersch e Silva, 1989). E como memória, ela continuou a se presentificar nos traços lingüísticos que marcam o chamado Português Gaúcho de Fronteira (Trindade, Behares e Fonseca, 1995).

Portanto, vemos, assim, que o espanhol nas zonas de fronteira está no espaço de enunciação da língua portuguesa, ou melhor, de uma variedade da língua portuguesa do Brasil. A presença do Espanhol, desde esta época, se define pelo seu modo de entrada em circulação: por um lado o espanhol peninsular com seus diferentes dialetos (andaluz, por exemplo) e ainda das demais línguas da península ibérica, como o galego e o catalão, todas vindas de fora; por outro lado, o espanhol americano, na sua variante rio-platense, que é a língua da outra margem do rio. Este quadro específico sobre a presença do Espanhol na fronteira

brasileira existe paralelamente a um outro: a condição do português no Brasil e suas respectivas variantes.

Neste sentido, poderíamos representar esta distribuição das línguas por meio do seu funcionamento ao serem praticadas pelos falantes fronteiriços:



Tais condições sócio-históricas mostram como tanto a história da língua portuguesa como a do espanhol se entrecruzam, se aproximam e se dão em condições similares: línguas que entram em contato num estado de diversidade. Relacionam-se em um mesmo espaço-tempo com outras línguas e ambas, sendo línguas dominantes na América Latina, constituem um espaço de enunciação muito particular, que é este que ocorre nessa fronteira hispano-portuguesa. É desse modo que ambas as línguas se tornam aproximadas, uma vez que compartilham espaços e histórias entrelaçadas, configurando o que definimos como espaço de enunciação fronteiriço.

Neste sentido, para uma análise sobre o Espaço de Enunciação, deve-se levar em conta a própria história de circulação desta *língua outra* em diferentes períodos históricos e nas suas representações discursivas. Projeta-se, a partir de um recorte temporal, como poderia se configurar esta história da presença e dos modos de circulação do espanhol, que se dão nas margens territoriais, nos limites do Estado nação brasileiro. A relevância de historicizar a circulação desta língua aproximada, como já dissemos anteriormente, é recontar a formação da sociedade fronteiriça, pelos sentidos políticos que as formas de representação das línguas instituem para esse mundo de interfaces entre o português e o espanhol, e que nos é dado pelo conhecimento produzindo nos estudos lingüísticos (Orlandi, 2002). Em outras palavras, através de uma perspectiva lingüística, poderíamos construir uma nova história sobre a sociedade fronteiriça.

Todo este espaço de circulação se organiza porque há uma política de línguas que o constitui segundo o modo como as línguas vão entrando no espaço de enunciação fronteiriço, principalmente, quando a língua que determina as relações é a língua nacional. No jornal *A Notícia*, de 1900, nos exemplares disponíveis de março a novembro, encontram-se textos autênticos publicados em

Espanhol: um texto de propaganda de um estabelecimento comercial em Paso de Los Libres (cidade vizinha), convocações para reuniões da Sociedade de Socorros Mútuos Espanhola ou avisos do vice-consulado aos imigrantes espanhóis.

Esses textos em espanhol compõem a discursividade de um jornal brasileiro, significam uma sociedade fronteiriça, em certo período, multicultural. Embora em número menor, no município havia outras etnias como a francesa, a italiana, a alemã. Também imigrantes espanhóis, além da entrada de uruguaio e argentinos, facilitada pela fronteira de Uruguiana, com a sua cidade gêmea argentina, Paso de los Libres, formando com essa um importante interposto comercial. Neste último caso, a situação geopolítica contribuiu para que a língua espanhola tivesse uma presença mais significativa nesse espaço fronteiriço em relação às demais etnias. Por esta razão, também se colocou mais intensamente em contato com a língua portuguesa e com ela estabeleceu relações mais contínuas.

O espanhol como a língua materna desse grupo de fronteiriços, que é a língua da escrita, tem novos sentidos a partir deste *lugar de estar* em uma relação com a língua oficial do Brasil (que lhe é estrangeira). Isto é, o espanhol só é língua estrangeira à medida que entra no espaço discursivo de uma língua nacional, que é o português. Agora, quando funcionam como a língua da intercomunicação, tanto o espanhol como o português são línguas maternas, configurando um espaço discursivo dual (português e espanhol) e múltiplo (com as demais línguas estrangeiras: italiano e francês). Tal quadro é o de *estar entre línguas*, nos seus mais diversos modos, com hierarquias diferentes e mutáveis. As línguas aí vão significar ao próprio lugar do dizer do enunciador fronteiriço, em que a escolha de uma ou outra língua ou, de ambas, tem sentidos políticos (Guimarães, 2002).

2. Conceito de tendência enunciativa e de sujeito no discurso

Antes de continuar com os nossos comentários, seria importante nos aproximarmos do conceito de tendência enunciativa. Como eixo teórico, trabalharemos com as idéias pertencentes à Linguística da Enunciação que visa analisar “todo o mecanismo lingüístico cuja realização integra o seu próprio sentido e que se auto-referencia no uso” (Flores e Teixeira, 2005: 106). Tal perspectiva nos permite tratar sobre qualquer fenômeno discursivo de vários níveis (fonológico, morfológico, sintático, discursivo, etc.).

Entendemos tendência enunciativa como a recorrência de uma ou algumas estruturas lingüísticas que caracterizam uma forma de dizer em um discurso oral ou escrito. Tal forma pode representar marcas deixadas pelo sujeito discursivo e, a partir destas, esboçam-se não só perfis de sujeitos, mas também estratégias discursivas utilizadas para alcançar determinados objetivos.

Esta tendência pode auxiliar a caracterização da discursividade de uma lín-

gua, definida como os aspectos relacionados ao funcionamento do discurso nos enunciados de determinado(s) falante(s), o que não significa necessariamente uma homogeneidade de uso entre os falantes de uma mesma comunidade lingüística. Como esclarece Fanjul (2002: 41):

[...] quando se propõe a discursividade X, o que se faz é um recorte no imenso campo da produção discursiva para referir-se aos enunciados produzidos por falantes empíricos de um setor da humanidade, especificamente ao funcionamento do discurso neles (não, por exemplo, à sintaxe ou ao vocabulário isoladamente).

Considerando que tal tendência deixa marcas na discursividade do indivíduo como forma de diferenciar uma enunciação de outras produzidas por sujeitos de diferentes comunidades lingüísticas, nos parece coerente pensar que uma tendência enunciativa também marca o dizer de um indivíduo, quando este se expressa por meio de uma língua estrangeira ou, pelo menos, uma língua que não seja comumente empregada na maioria das situações em que se envolve o indivíduo. Portanto, a tendência enunciativa de uma língua verifica-se nitidamente em outra quando o falante de uma língua X se comunica por meio de uma língua Y, mesmo quando tal falante possui um conhecimento muito avançado da língua Y.

Convém ressaltar que estamos trabalhando este conceito dentro de uma abordagem enunciativa e que não se trata diretamente com a aquisição do espanhol como língua estrangeira. Neste ponto, poderíamos pensar que o que chamamos tendência enunciativa não seria, na realidade, o que se chama de interlíngua na Análise de Erros presente na aprendizagem de uma segunda língua. No entanto, acreditamos que são processos enfocados em contextos diferentes.

Segundo Larsen-Freman e Long (1994: 63), a interlíngua se emprega em contextos de aprendizagem de um idioma, quando o falante constrói um sistema lingüístico a partir do *input* na língua meta em que o aprendiz foi exposto. Tal sistema seria uma espécie de *continuum* que os alunos deveriam atravessar entre a língua materna e a língua meta. Nesse período, os aprendizes cometeriam erros provocados pela interferência da língua materna devido ao desconhecimento do sistema lingüístico da língua meta ou do contexto de uso. Em outras palavras, a interlíngua é uma gramática transitória que o aluno elabora durante o seu processo de aprendizagem em uma segunda língua. Segundo o modo como este processo avança, a interlíngua dará lugar ao sistema lingüístico da língua meta, não de uma maneira linear, mas sim com períodos de avanços e retrocessos.

A tendência enunciativa não se enquadra nesse processo, pois não se relaciona obrigatoriamente com uma fase transitória de aprendizagem. Pelo contrário, poderíamos concebê-lo como uma marca do dizer, adquirido e moldado constantemente na língua materna ou na língua de maior uso de um sujeito. Explícita na

materialidade lingüística de uma enunciação, dita tendência é uma característica enunciativa de um sujeito.

O espaço de aprendizagem formal, como o escolar, toma como idéia única de mescla lingüística a interlíngua, quando, na realidade, há outros processos que constituem uma prática lingüística na qual o português e o espanhol se entrecruzam. Neste sentido, as marcas lingüísticas do português na fronteira se intercalam com as do espanhol, deixando assim de ser um simples processo de aprendizagem para converter-se em uma forma de representação da língua e do sujeito na fronteira.

Contudo, o que seria o sujeito no discurso? Tal indagação possui múltiplas, contraditórias e até complementares respostas de acordo com a linha teórica abordada. Maingueneau (1997: 32) nos apresenta dois tipos de sujeito. O primeiro é o sujeito da Pragmática, que é o psicológico e intencional “cuja consciência seria transparente e a identidade estável, ultrapassando os diversos papéis que representa”. Por outro lado, o segundo é o sujeito da Análise do Discurso de linha francesa, que está assujeitado pela linguagem, isto é, um sujeito inscrito em uma determinada formação discursiva, ocupando lugares sociais e históricos. Um terceiro sujeito é o esboçado pela Lingüística da Enunciação cujas teorias o concebem como “a representação que a enunciação dá dele” (Flores e Teixeira, 2005: 107) através das marcas que tal sujeito deixa na materialidade lingüística do enunciado.

De qualquer forma, dadas as relações intrínsecas entre linguagem e construção da subjetividade, podemos afirmar que na linguagem há um sujeito que pode ser pensado de uma concepção mais concreta (a psicobiológica) até a mais abstrata (como representante de um lugar na formação discursiva). Em *Conversas com Lingüistas* (Xavier e Cortez, 2005: 166), Sírio Possenti aponta caminhos para este dilema:

[...] eu diria que há sujeitos na linguagem, e eles não têm sempre a mesma cara. Dizer que o sujeito ou é livre ou é assujeitado, ou é isso ou aquilo, é sempre simplificação. Aceitar que é assujeitado ou que é livre delimita as posições primeiras, fundamentais, os pressupostos básicos de um pesquisador. Agora, como alguém é assujeitado aqui e ali, e como alguém se faz livre aqui e ali (no caso de se defenderem essas posições) é que é a questão relevante. Ou seja, mais do que dizer que *sim* ou que *não*, a questão é *como*. *Como*, num gênero, e *como*, em um outro gênero, ou *como*, em certos períodos.

Na mesma obra, Bernadete Abaurre nos alerta sobre a existência de uma inter-relação entre sujeito e linguagem, posto que não há linguagem sem sujeito, da mesma forma que subjetividade se representa na linguagem, pois através dessa relação se moldam e se individualizam as experiências. Conforme o nosso propósito, vamos observar em nossas próximas análises a dimensão de intencionalidade e agentividade do sujeito, posto que, como nos recorda Margarida Salomão, “é indis-

pensável que se reconheça esse sujeito no fazer comunicativo. E o fazer comunicativo é não só intencional, como presume o reconhecimento dessa intencionalidade e a projeção desse reconhecimento no interlocutor” (Xavier e Cortez, 2005: 187). Este aspecto é de essencial importância quando discutimos a existência ou não de uma tendência enunciativa na(s) língua(s) de Fronteira, dado que dita tendência poderia surgir de uma intenção direcionada às características do interlocutor em uma determinada comunidade lingüística, que é a de Fronteira.

2.1. O sujeito de / na Fronteira

Após definirmos alguns conceitos elementares para o nosso estudo, enfocaremos o sujeito lingüístico proveniente dos discursos produzido nas regiões de Fronteira. Antes disso, porém, lembramos as palavras de Ingedore Koch (Xavier e Cortez, 2005: 125), que enfatiza a importância do sujeito lingüístico a partir de uma dimensão enunciativa:

Para mim, o sujeito é esse sujeito social que evidentemente está sujeito às determinações do meio social em que vive. É claro que ele não pode dizer o que quer, da maneira como quer. Mas ele trabalha com a linguagem, opera escolhas significativas entre toda a gama de meios-lingüísticos que tem à disposição e vai dar uma configuração determinada ao discurso, tendo em vista o outro nessa interlocução constante com o outro. Então é um sujeito social, mas não assujeitado.

Enfatizamos esta dimensão do sujeito pela perspectiva interativa / enunciativa porque o sujeito de Fronteira se configura nas inter-relações, paralelismos e choques com um Outro em uma direção dupla: sendo ao mesmo tempo um outro indivíduo e um outro representante sócio-cultural, uma vez que na Fronteira há pessoas oriundas de diversos lugares. No caso das fronteiras do Sul do Brasil, teremos brasileiros, uruguaios, paraguaios, argentinos, alemães, italianos, franceses, índios guaranis, entre outros.

O sujeito, pensado na perspectiva enunciativa, é um sujeito do dizer, significando uma posição. Faz escolhas políticas e se insere, portanto, num dado contexto sócio-histórico, porém já com sentidos afetados por tal contexto e que estão bem marcados na materialidade da língua que pratica. Pois,

[...] é possível que neste *Espaço de Enunciação Fronteiriço* a “divisão do falante” (Guimarães, 2001: 23) seja mais evidenciada, uma vez que a fronteira já reporta a uma divisão, que é política. Ao enunciar nas línguas da fronteira, o falante já se significa dividido pelas línguas, do mesmo modo como a Fronteira significa o encontro de dois mundos e está determinada por sua geopolítica, regulada pelo Estado (Sturza, 2006: 62).

Podemos afirmar que, longe da influência dos governos centrais e suas políticas homogeneizadoras, tal território era e é concebido como um lugar de troca, seja de forma literal, seja de forma simbólica: troca de mercadorias, troca de idéias, troca de interesses e trocas lingüísticas. Como conseqüência, tal sujeito se constrói lingüisticamente nessas trocas. Ou melhor dizendo, constrói-se continuamente, já que as identidades lingüísticas se adaptam às novas circunstâncias que vão surgindo e se peculiarizando, conforme as relações estabelecidas com outras identidades. Rajagopalan (2004: 59) defende a idéia de que “volatilidade e instabilidade tornaram-se as marcas das identidades do mundo pós-moderno”, sendo resultado de um processo de globalização e multiculturalismo:

O traço mais visível de identidade lingüística nesses tempos pós-modernos é a mestiçagem, da qual nenhuma língua escapa hoje em dia. Durante muito tempo, a Lingüística relutou contra a possibilidade de as línguas se influenciarem de outra maneira que não mediante a cadeia evolutiva. A chamada *areal linguistics*, segundo a qual as línguas faladas em regiões geograficamente contíguas podem, com o passar do tempo, influenciar uma à outra, ainda encontra focos de desconfiança e rejeição (Rajagopalan (2004: 61-62).

Portanto, podemos afirmar que o sujeito lingüístico da Fronteira deixa suas marcas na materialidade lingüística em suas enunciações de acordo com a situação. Cabe lembrar neste momento que cada sujeito carrega a sua primeira língua e, conseqüentemente, a respectiva tendência enunciativa. No entanto, também esse sujeito se espelha e constrói seu projeto discursivo segundo o Outro, que pode ou não ter a mesma língua. Por conseguinte, os enunciados produzidos nesta comunidade muitas vezes tinham as características de duas línguas, mais particularmente do português e do espanhol, como forma de expressão e de estratégia para atingir o seu interlocutor.

Como já mencionamos, não se trata de uma interlíngua porque não há uma intenção e um contexto de aprendizagem que possibilite a passagem de uma língua materna a uma língua meta. O sujeito utiliza, na enunciação, tendências enunciativas de duas línguas conforme o interlocutor e o seu objetivo que, geralmente, está relacionado com anúncios de várias ordens (avisos, publicidades, convites, etc.). Não existe apenas a mescla de duas línguas, mas sim um processo discursivo em que a comunicação feita com dois idiomas se transforma em um mesmo modo expressão, em uma prática lingüística. Nossa hipótese, portanto, é que tal prática tenha, respectivamente, sua própria tendência enunciativa em alguns casos. Em outros, discursos em espanhol teriam tendências enunciativas em português ou vice versa.

3. Entre línguas e as tendências enunciativas na materialidade lingüística

A seguir, apresentamos alguns textos publicados no jornal *A Notícia* da cidade de Uruguaiana na primeira década do século XX, mas precisamente do ano 1900. São textos redigidos em português ou espanhol, mas que possuem tendências enunciativas de alguma língua próxima como veremos.

Para selecionar os textos, consideramos as condições de textualidade, sobretudo, os aspectos relativos à representação na língua do funcionamento das tendências enunciativas, por isso focou-se a análise em dois textos de cunho narrativo, um redigido em língua espanhola, outro em língua portuguesa. O ano de 1900 marca a virada de século, haja vista que as últimas décadas do séc. XIX foram caracterizadas pela entrada de imigrantes europeus no município e as suas inserções no modo de vida da fronteira. Vale ressaltar que também tivemos acesso apenas aos jornais a partir desta data.

3.1. As tendências enunciativas no espanhol pela relação com o português

Apresentamos o fragmento de um texto no qual um cidadão, imigrante espanhol, relata e justifica sua atuação como magistrado, para o qual é convocado pela justiça local, no processo a respeito de um indivíduo que, ao trocar suas libras esterlinas para papel moeda brasileiro, teve o câmbio da moeda abaixo do esperado e, sentindo-se prejudicado, procurou defender-se legalmente. No seguinte excerto, que denominaremos “texto A”, expomos um fragmento da denominada *Sección Libre* do jornal *A Notícia*, de 3 de maio de 1900, cujo título é *Al Público*.

TEXTO “A”

El Sr. Juez de feria à efecto de poder tomarle declaración al encausado Notari, nombróme defensor de oficio, cargo este que por ley tengo la obligación de aceptar, salvo el caso de que tuviera causas legales que me impidiera el desempeño de ese cometido.

Como no existiera causa legal alguna para tal impedimento *no tuve más remedio* que aceptar el nombramiento propuesto y practicas todas las diligencias del como que pudieran redundar en beneficio de *mi defendido* de conformidad con lo que perceptua la ley.

Pantaleon Pereda

No texto A, o locutor (Pantaleon Pereda) tem como língua materna o espanhol, porém seus interlocutores não só tem o espanhol como língua mater-

na, mas também outras línguas. Desta forma, a escolha de escrever em espanhol se dá por duas razões principais. Em primeiro lugar, provavelmente o locutor tem como língua escrita apenas o espanhol e, portanto, em um veículo de comunicação escrita só poderia utilizar tal modalidade. Em segundo lugar, os dados situacionais nos fazem inferir que os interessados diretos devem ter como língua materna o espanhol. No entanto, ao publicar tal carta em um jornal, está implícito que o assunto se tornará de domínio público nesta comunidade em que convivem indivíduos com diferentes práticas linguísticas. Tais indivíduos, chamados na Teoria da Argumentação de Perelman (1958) como auditório, seriam interlocutores também, mas não em primeiro plano, ou seja, interessados diretos no caso.

Considerando que há dois níveis de interlocutores, respectivamente, também há dois níveis de expressão com o objetivo de alcançar estes dois grupos. Desta maneira, temos o espanhol como base da mensagem (pois o locutor e os interlocutores diretos possuem esta língua como a materna), mas com marcas da tendência enunciativa do português, evidenciando que o interlocutor, em um processo consciente ou inconsciente, visualiza outros interlocutores (o público leitor) cuja língua de uso principal é o português.

A tendência enunciativa se materializa através de fenômenos linguísticos relacionados com a sintaxe e a semântica. Como exemplo do primeiro caso, temos o uso de crase na locução prepositiva *a efecto de*. Como indica Masip (2003: 147), a preposição *a* é um dos elementos que apresenta divergências acentuadas entre o português e o espanhol devido a que no latim não se usavam preposições nos casos nominativo, genitivo, dativo e vocativo. Estas duas línguas continuaram com a tradição latina, porém, por influência grega, introduziram o *a* no caso de dativo, sendo que é a segunda preposição mais usada nos dois idiomas (Schmidely, Ezquerro e González, 2001: 250).

Ressaltamos que o uso da crase em língua portuguesa (junção de artigo com a preposição) faz parte dos inúmeros casos de contrações existentes nesse idioma. Por outro lado, em espanhol só se registram dois (*al* e *del*). Tal diferença sugere que, no espanhol, as ligações hierárquicas entre sintagmas e palavras se exibem de forma mais detalhada se comparadas com o português.

Assim, neste espaço enunciativo, o uso da crase em uma locução em língua espanhola não significa somente que o locutor se confunde com o uso de preposições em espanhol por influência das contrações em português. Temos a hipótese de que este locutor internalizou o uso da crase, uma das mais enfáticas contrações em português, como indicativo da tendência enunciativa portuguesa. É interessante frisar que a crase possui um uso complexo inclusive para os falantes de português e resulta em uma das marcas enfáticas da escritura de registro culto na língua portuguesa. Aliás, é um dos fenômenos mais passíveis de hiper-correção. Considerando que o locutor escreve um texto que pretende ser o mais

culto possível, a crase é apenas um modo de instaurar essa formalidade através da tendência enunciativa.

Com relação ao emprego da ênclise em lugar da próclise no pretérito indefinido em *nombróme*, tal fenômeno era comum em textos da Idade Média, mudando paulatinamente a preferência de emprego até chegar ao estado atual: a próclise como forma de colocação prioritária dos pronomes e o da ênclise restrito aos de verbos em imperativo, infinitivo e gerúndio.

O espanhol e o português do Brasil utilizam mais a próclise que a ênclise. Em Portugal, temos um caso mais complexo, já que existe um considerável emprego de ênclise segundo determinadas regras. Assim, no Brasil, o emprego de ênclise se localiza na modalidade escrita e em registros muito formais.

A presença da ênclise com verbo em indefinido também indica influência da tendência enunciativa em português, em particular, do português escrito de registro formal, uma vez que a ênclise sinaliza o uso de uma linguagem cuidada, no caso do nosso exemplo, um registro formal com marcas jurídicas.

O próximo fenômeno a ser tratado é do campo semântico. Neste caso, é a transferência da ordem sintática e semântica de palavras individuais da expressão portuguesa *não tive mais remédio*. Como resultado, temos *no tuve más remedio*, fenômeno aparentemente típico de estudantes de uma língua estrangeira que consiste em conservar o significado semântico, a sintaxe e o sentido de uma expressão usada na língua materna e mudar apenas o vocábulo, que no caso, está na língua estrangeira.

Destacamos que é um enunciado de valor expressivo considerável, indicando a impossibilidade de ação e, por conseguinte, a submissão do locutor ao que estava sendo proposto. Implicitamente, também indica que tal submissão é vista como uma contrariedade e, portanto, representa a falta de agentividade do sujeito frente à ação. Esta posição paciente do sujeito e as obliquidades são, de certa forma, comuns na enunciação da língua portuguesa, uma vez que o sujeito se localiza entre a posição de agente (pois ele ainda executa uma ação) e a posição de afetado (ele executa ação de forma coagida e involuntária). Tal sentido, mimetizado no significado e na sintaxe da expressão, representa uma tendência enunciativa portuguesa que se entrecruza com a tendência espanhola, na qual o sujeito afeta ou é afetado explicitamente pelo objeto ou processo (basta observar algumas estruturas sintáticas como *gustar*, *doler*, *encantar*, uso do dativo ético, etc.).

Por último, temos neste exemplo o uso do pronome possessivo de primeira pessoa no sintagma *mi defendido*. Talvez este seja o caso mais sutil deste texto, posto que nas duas línguas o emprego morfológico, sintático e semântico não apresenta nenhuma anomalia. No entanto, vemos que é possível detectar uma tendência de uso de possessivo típica do português. Para chegar nesta hipótese, fizemos um paralelo entre o uso ou não do possessivo no caso de parentesco. A regra geral nos indica que os nomes de parentesco são relacionais por si mesmos,

permitindo a supressão do possessivo, quando outro elemento da relação está expressado (como o sujeito, o dativo etc.) ou está claro pragmaticamente. Por exemplo: *Cuidarás a la nieta.*

Ser o *defendido* não é grau de parentesco, porém se configura como uma relação inerente neste contexto (defensor - defendido). Portanto, poderia estar acompanhado de um artigo e não necessariamente de um possessivo. Contudo, o uso de possessivo nestes casos (reforçar a posse em um contexto pragmático na estrutura sintática) é recorrente na língua portuguesa.

A partir das marcas aqui observadas, poderíamos afirmar que existe um processo de deslocamento da língua no sujeito com relação ao idioma utilizado segundo o conjunto de interlocutores. Em outras palavras, no caso analisado, a língua espanhola funciona de dois modos conforme o tipo de interlocutor. No primeiro caso, quando o locutor vê o seu interlocutor como conterrâneo, a língua espanhola é a materna. No segundo caso, quando os interlocutores não necessariamente possuem a mesma língua materna, o locutor tenta aproximar-se do seu interlocutor e acaba tomando a sua língua como estrangeira, dado que permite a presença de marcas enunciativas de outro idioma no seu dizer, no caso, o português.

Cabe enfatizar que o jornal de veiculação deste texto é brasileiro e, portanto, teoricamente deveria possuir textos apenas em língua portuguesa. Assim, o jornal representa a mesma dualidade da comunidade e dos sujeitos que o lêem, ou seja, uma dualidade entre uma língua e outra que se entrecruzam e mudam de status conforme o interlocutor e os objetivos pragmáticos do locutor.

3.2. As tendências enunciativas no português pela relação com o espanhol

Nesta seção, apresentamos um outro excerto, que identificaremos como “texto B”, composto por fragmentos de um comentário publicado também no jornal *A Notícia*, em língua portuguesa. É uma crítica que discorre sobre as apresentações das peças teatrais da Companhia Bonaplata, no teatro Carlos Gomes, no ano 1900.

TEXTO B

Notamos muita vacilação por parte de alguns artistas que não sabiam *pataca* dos papéis que lhe foram confiados. Ao Sr. Gainza que é um artista velho e conhecido do nosso público tomamos a liberdade de lembrar que quando desempenhar papéis em que tenha de imitar dialetos de sua Pátria, o faça com mais vagar, a fim de que não fiquem todos em *jejum* como aconteceu em a penúltima função.

[...] sexta feira assistimos ao "Traidor Inconfesso" y "Martyr" de José Zorilla. [...] O desempenho da peça correu regularmente salientando-se na forma costumada:

Bonaplata que deu-nos um Gabriel irreprehenível.

Dolores fez, a *contento* geral o papel de Aurora merecendo por diversas vezes, umas *palmaditas* significativas.

[...] Continua solitariamente, desempenhando as funções de Orchestra da Companhia um pobre e *desgarrado* piano... que está sendo alvo de aplausos das galerias.

Neste exemplo, podemos encontrar pelo menos duas tendências enunciativas no português. A primeira localiza-se no nível semântico, com o emprego dos termos *pataca* (moeda de prata antiga) e *desgarrado* (retirar as garras do couro, deslocado). Ditos termos são típicos do linguajar gaúcho que aqui aparecem como marcas da tendência enunciativa do português do Rio Grande do Sul.

A próxima marca lingüística do espanhol se refere ao adjetivo *contento*. No contexto, este termo está no lugar de *contentamento* no português. Observemos, porém, que não estamos tratando só de um adjetivo, mas de uma locução: *a contento geral* em lugar de *para contentamento geral*. Considerando o número de locuções adverbiais espanholas de modo construídas com a preposição *a*, acreditamos que o locutor mimetiza uma expressão espanhola, embora haja uma equivalente em português.

Por último, o substantivo diminutivo *palmaditas* possui sufixo típico do espanhol (*ita/s*). Este termo, também teria um correspondente em português (*palminhas*), porém com um valor que tende ao pejorativo. Já no presente exemplo, o substantivo tem um matiz carinhoso. Cabe lembrar que na língua espanhola, em especial na variante americana, os diminutivos são muito empregados com um valor afetivo.

Igual ao exemplo anterior, também identificamos a tendência enunciativa de uma língua em outra; porém, neste caso, seria a tendência enunciativa do espanhol na língua portuguesa. Supomos que aqui o locutor, da mesma forma, reconhece a dubiedade do seu público leitor, formado por brasileiros e imigrantes. Provavelmente, a maioria dos seus interlocutores seja brasileiro, daí que o texto esteja escrito em português. Como interlocutores, temos também brasileiros, mas sem esquecer que há uma parte considerável de falantes do espanhol como língua materna, inclusive os da própria companhia de teatro, que era espanhola e interessada diretamente na crítica de suas atuações. Por esse motivo, temos a tendência espanhola no português.

Devemos ressaltar, ainda, que o deslocamento da língua do sujeito está presente como sub-tema do próprio texto, posto que o locutor lembra a um dos seus interlocutores (Gainza) que *quando desempenhar papéis em que tenha de imitar dialetos de sua Pátria, o faça com mais vagar, a fim de que não fiquem todos*

em jejum como aconteceu em a penúltima função. Isto pressupõe que os atores hispano-parlantes empregam marcas da tendência enunciativa de ordem entoacional de sua língua materna no discurso, o que teoricamente prejudicaria o entendimento da peça.

Outro fato interessante e significativo é a afirmação do locutor de que os atores *imitam os dialetos de sua Pátria*. Primeiramente, se é um dialeto de sua Pátria, seria evidente que não o imitariam, mas sim o usariam. Se o locutor considera que os atores a imitam, seria porque tais dialetos de sua Pátria não os pertencem. Uma das inferências para explicar tal raciocínio é a de que o locutor toma os atores da companhia de teatro como pertencentes a este espaço enunciativo e, portanto, desestrangeirizados.

4. Considerações finais

Após as análises feitas, podemos tecer algumas considerações sobre a possibilidade de instauração de algumas tendências enunciativas já na virada do séc. XX no espaço de enunciação da Fronteira, resultantes de um contexto sócio-histórico peculiar. Os diferentes modos de circulação e de contato entre as línguas fazem com que elas funcionem por um processo de deslocamento das tendências enunciativas de várias línguas que se entrecruzam, sobretudo na relação português-espanhol, que tem ainda o contato com o espanhol da Argentina, pelo tipo de fronteira geopolítica. Este entrecruzamento de tendências, representado na materialidade lingüística, poderia construir, então, uma língua imaginária que se pauta pelas relações entre os interlocutores e as línguas; uma língua que é própria deste espaço.

A análise desenvolvida neste estudo é de caráter inicial, pois é necessário ampliar o *corpus*. Os jornais anteriores a 1900 estão mais próximos da data de entrada dos imigrantes espanhóis no município de Uruguaiana. Talvez os textos dessa época possam exibir mais diretamente o entrecruzamento de tendências. Por outro lado, os jornais publicados após essa data nos mostrariam se estas tendências se ampliaram, se fixaram ou se apagaram. Uma noção de continuum de tendências nesta região nos permitiria esboçar uma história das línguas da Fronteira.

Mesmo sendo um estudo inicial, é importante dirigir um novo olhar sobre o papel do espanhol e do português como línguas maternas e estrangeiras nos contextos latino-americanos. Como nos alerta Oliveira (2002: 83), a ideologia, construída historicamente, produz alguns conhecimentos e desconhecimentos que beneficiam determinadas atitudes repressoras. Como exemplo da primeira, temos o fato de que no Brasil só se fala português como língua materna. Já como exemplo da segunda, tivemos e temos outras línguas, por volta de 200 idiomas entre as línguas indígenas e línguas de imigração (como alemão, italiano, espanhol).

Na verdade, o Brasil é um país plurilíngüe. Esclarecer estudiosos da área e leigos e, a *posteriori*, criar políticas condizentes com esta (nova) realidade é

fundamental para implementação de um projeto de política lingüística e cultural mais adequado para as várias comunidades lingüísticas cuja língua materna não se restringe ao português brasileiro.

Paralelamente, precisamos desconstruir uma idéia muito cultivada nos grandes centros de pesquisa em Lingüística Aplicada: a de que o espanhol no Brasil é uma língua estrangeira. Isto é uma meia verdade, pois só podemos achar correlação com os fatos reais nos centros econômicos brasileiros e que estão longe dos territórios fronteiriços. Para as comunidades lingüísticas assentadas entres as fronteiras brasileiras, tanto o português como o espanhol são línguas maternas, além de práticas lingüísticas formadas pela conjunção entre esses dois idiomas. Nesse caso, a Lingüística Aplicada necessita analisar, de modo minucioso, essa realidade e criar novas abordagens para esses grupos. E tal atitude não deve restringir-se a Lingüística brasileira. De igual maneira, os estudos lingüísticos hispano-americanos necessitam observar detalhadamente a influência do português na língua espanhola não só como segunda língua, mas também como língua materna das comunidades que têm fronteira com o Brasil.

A idéia de monolingüismo brasileiro é limitante e superficial em uma comunidade onde o multiculturalismo é tão corrente e benéfico. Devemos abandonar a idéia de que as identidades e as línguas são estanques, homogêneas e definidas. Na pós-modernidade, o conceito de nacionalidade relacionada à língua alberga a idéia de pluralidade e bilingüismo das comunidades lingüísticas, uma vez que as correntes migratórias sempre marcaram na consciência de seus indivíduos a idéia de “eu sou a partir de onde vim e para onde vou”.

Referencias bibliográficas

- Avé-Llalemant, R. (1953): *Viagem pelo Sul do Brasil (1858)*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro.
- Camblong, A. (2006): “Allá Ité”, em *La Nación*, suplemento Zona, Buenos Aires.
- Colvero, R. (2004): *Negócios na Madrugada. O Comércio Ilícito na Fronteira do Rio Grande do Sul*, Passo Fundo, UPE.
- Fanjul, A. P. (2002): *Português e Espanhol: línguas próximas sobre o olhar discursivo*, São Carlos, Claraluz.
- Flores, V. N. e M. Teixeira (2005): *Introdução à lingüística da Enunciação*, São Paulo, Contexto.
- Grimson, A. (2005): “Cortar puentes, cortar pollos: conflictos económicos y agencias políticas em Uruguayana (Brasil)-Libres (Argentina)”, em Roberto Cardoso de Oliveira e Stephen Grant Baines (orgs.), *Nacionalidade e Etnicidade em Fronteiras*, Brasília, UNB, pp. 21-54.
- Guimarães, E. (2002): *Semântica do Acontecimento*, São Paulo, Pontes.
- Larsen-Freeman, D. e M. H. Long (1994): *Introducción al estudio de la adquisición de segundas lenguas*, Madrid, Gredos.

- Mainqueneau, D. (1997): *Novas Tendências em Análise do Discurso*, Campinas, Pontes.
- (2006): *Termos-chaves da Análise do Discurso*, Belo Horizonte, UFMG.
- Masip, V. (2003): *Gramática Histórica Portuguesa e Espanhola: Um estudo sintético e contrastivo*, São Paulo, E.P.U.
- Oliveira, G. M. (2002): “Brasileiro fala português: monolingüismo e preconceito lingüístico”, em F. Silva e H. M. M. Moura (orgs.), *O direito da fala: a questão do preconceito lingüístico*, Florianópolis, Insular, pp. 83-92.
- Orlandi, E. (2002): *Língua e Conhecimento Lingüístico. Para uma História das Idéias Lingüísticas no Brasil*, São Paulo, Cortez.
- Perelman, Ch. e L. Olbrechts-Tyteca (1958): *Tratado de la argumentación. La nueva Retórica*, Madrid, Gredos.
- Picanço, D. L. (2003): *História, Memória e Ensino de Espanhol*, Curitiba, UFPR.
- Poersch, J. M. e J. Silva (1989): “Estudo do Contato Lingüístico na Fronteira do Brasil com os Países do Prata”, em *Actas del V Encontro da Associação Portuguesa de Lingüística*, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, pp. 201-224.
- Rajagopalan, K. (2004): *Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*, São Paulo, Parábola.
- Schmidely, J., M. A. Ezquerria e C. H. González (orgs.) (2001): *De una a cuatro lenguas. Intercomprensión románica: del español al portugués, al italiano y al francés*, Madrid, Arco.
- Sedycias, J. (2005): *O Ensino de Espanhol no Brasil. Passado. Presente. Futuro*, São Paulo, Parábola.
- Sturza, E. (2006): “Práticas Lingüísticas Fronteiriças e Política de Línguas”, em *Línguas(s) e Povos: Unidade e Diversidade*, João Pessoa, UPPF, pp. 61-65.
- Trindade, A., L. Behares e M. Fonseca (1995): *Educação e Linguagem em Áreas Fronteira Brasil-Uruguaí*, Santa Maria, Pallotti.
- Xavier, A. C. e S. Cortez (2005): *Conversas com lingüistas: virtudes e controvérsias da Lingüística*, São Paulo, Parábola.